



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Os documentos deverão ser protocolados junto com o plano de trabalho em **02 vias impressas e 01 VIA digital**

REGISTROS DA OSC

- I Estatuto Social registrado na forma do artigo 33 da lei 13.019/2014 e eventuais alterações ou Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil competente;
- II Ata de Eleição do quadro da atual diretoria e do conselho fiscal;
- III Declaração com Relação Nominal dos Dirigentes e Conselheiros da Organização da Sociedade Civil atualizada, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB de cada um deles, nacionalidade, estado civil, ocupação profissional, endereço domiciliar e telefone;
- IV Balanco Patrimonial ou Balancete Contábil do exercício de 2023; empregados com recursos próprios nos serviços de forma direta, assinados pelo dirigente e pelo contador, que permita a identificação das receitas próprias separadas dos repasses de recursos públicos. Ao início das atividades em **março/25**, deverá ser entregue o Balanço Patrimonial do **exercício de 2024**;
- V Certidão de Regularidade do Conselho Regional de Contabilidade ou Declaração contendo o nome do contador responsável pela OSC;
- VI Conselho Municipal de Assistência Social CMAS – Comprovante de inscrição da OSC;
- VII Comprovante de Endereço em que a OSC celebrante comprove funcionar no endereço registrado no CNPJ com sede ou domicílio no Município de Caçapava, para a execução do objeto;
- VIII Declaração com dados do Gestor Responsável pelo Controle Administrativo, Financeiro e de Execução da Parceria;
- IX Publicação, Termo de Colaboração ou Termo de Fomento – instrumentos de parcerias anteriores mediante convênio com quaisquer administrações públicas relativas ao respectivo objeto, comprovando experiência prévia.

CERTIDÕES

- X Municipal, Estadual e Federal – Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa;
 - a CNPJ atualizado;
(No mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil);
 - b Federais e à Dívida Ativa da União – Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários;
(<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/pj/Emitir>)
 - c FGTS Certidão de Regularização;
 - d INSS Certidão de Regularidade (www.receita.fazenda.gov.br);
 - e Débitos Trabalhistas – Certidão Negativa (www.tst.jus.br);
 - f Débitos Mobiliários – Certidão Negativa;
(https://portal.cidadao.conam.com.br/cacapava/certidao_mobiliario.php)
 - g Débito Estadual – Certidões Negativas
(no caso do Estado de São Paulo deverão ser apresentadas a da Procuradoria-Geral do Estado e a certidão de débitos não inscritos em dívida ativa, a qual é emitida pela Secretaria da Fazenda) e cópias das certidões negativas de débito Municipal (mobiliário e imobiliários);
(<https://www10.fazenda.sp.gov.br/CertidaoNegativaDeb/Pages/EmissaoCertidaoNegativa.aspx>)



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

DECLARAÇÕES

XI Modelo 1 – DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE MENORES DE 18 ANOS

Que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, ressalvado na condição de aprendiz, conforme determina o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

XII Modelo 2 – DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR PARENTESCO NO QUADRO DE DIRIGENTES

Que na Diretoria não há agente político ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

XIII Modelo 3 – DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

Da inexistência de impedimento da OSC e de seus dirigentes à celebração da parceria considerando:

- 1) não está suspensa de participar de licitação, nem impedida de contratar com a Administração Pública;
- 2) não está declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 3) não está suspensa temporariamente da participação em chamamento público nem impedida de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do Município de Caçapava;
- 4) não está declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- 5) não possui contas de parcerias anteriores rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos;
- 6) não tem contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- 7) não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- 8) não possui, entre seus dirigentes, pessoas:
 - a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
 - b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitadas para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
 - c) consideradas culpadas por ato de improbidade, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
 - d) membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública do Município de Caçapava, nem seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

XIV Modelo 4 – DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO

Que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC's, com recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até segundo grau, em linha reta, colateral, ou por afinidades.

XV Modelo 5 – DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Que declare para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas sobre instalações e condições materiais, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei Federal nº 13.019/2014;

XVI Modelo 6 – DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS

Que conste os números das Contas Bancárias da OSC's, nas esferas municipal, estadual e federal, quando houver;

XVII Modelo 7 – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Que declare para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

XVIII Modelo 8 – DECLARAÇÃO COM DADOS PARA AUDESP

Que mencione os dados da Diretoria e do Conselho Fiscal.